Município
Palmela
Assembleia Municipal

Mandato 2017/2021

Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 15 de março de 2018

Ata N.º 5

No dia quinze de março de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e quarenta e três minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO 1 – Relevante interesse público na área do município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais de edificação; Reqte: Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Pedro de Marateca; Proc.º E-5240/2017; Local: Poceirão;

PONTO 2 – Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal de Palmela;

PONTO 3 – Constituição de Comissões de Trabalho da Assembleia Municipal.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sra. Joana Ribeiro Venâncio Pires;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Rute Isabel Morgado Trindade;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sra. Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral;
- Sr. Raul José Rodrigues Prazeres;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Ana Elísia Gonçalves Monteiro;
- Sr. Rui Manuel Marques Lourenço;

- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Jorge Manuel Marques Freitas;
- Sra. Patrícia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM):

- Sra. Maria Luísa da Costa Fragoso Paulino;
- Sr. Mário Rui Faustino Baltazar.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sr. Tomás Anjos Barão;
- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Nuno Duarte Ribeiro Delgadinho;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;

- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos do BE,** justificou ausência à sessão por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Tomás Anjos Barão** que se encontrava presente.

- **Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura da CDU,** justificou ausência à sessão por motivos pessoais, tendo sido a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Joana Ribeiro Venâncio Pires** que se encontrava presente.

- **Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete da CDU,** justificou ausência à sessão por motivos pessoais, tendo sido a falta sido considerada justificada.

- **Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP,** justificou ausência à sessão por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada.

- **Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto da CDU,** Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo justificou ausência à sessão fazendo-se substituir pelo **Sr. Raul José Rodrigues Prazeres**, vogal da Junta, que se encontrava presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros **Sr. Tomás Anjos Barão do BE** e **Sra. Joana Ribeiro Venâncio Pires da CDU**, que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficarão apensas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que iriam ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, como sabem esta é uma reunião extraordinária, tem apenas três pontos na ordem de trabalhos e como reunião extraordinária que é não tem lugar a apresentação de questões prévias, ou seja pontos antes da ordem do dia.

Provavelmente no futuro estas reuniões podem ser um bocadinho diferentes, vamos ver isso quando falarmos da proposta de Regimento mas, como sabem, até à data nestas reuniões não existe essa possibilidade.

Eu sugeria que passássemos de imediato a ordem de trabalhos e, neste caso, convidava creio que o Sr. Vereador Adilo para falar da proposta que nos é remetida pela Câmara Municipal.

Sr. Vereador."

<u>Período da Ordem do Dia</u>

PONTO 1 – Relevante interesse público na área do município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais de edificação; Reqte: Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Pedro de Marateca; Proc.º E-5240/2017; Local: Poceirão.

O **Sr. Vereador Adilo Costa, Vice-presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, permita-me que na sua pessoa cumprimente toda a Mesa, os Srs. Membros da Assembleia Municipal, Sras. e Srs. Vereadores e todos aqueles que estão presentes e que nos acompanham.

Iria, com a sua permissão, dar a nota da proposta que trazemos para aprovação nesta Assembleia Municipal.

A matéria que nos traz é o relevante interesse público na área do município para efeitos de isenção de pagamento das taxas municipais de edificação. O requerente é a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Pedro da Marateca, o objeto tem a ver com a Igreja do Poceirão, porque a Fábrica da Igreja de Marateca abrange quer Águas de Moura, Marateca, quer o Poceirão e então passaria a ler:

A Fábrica da Igreja da Freguesia de São Pedro da Marateca, na qualidade de titular do processo de obras referenciado na proposta, referente ao pedido de legalização da igreja, com execução de obras de ampliação para espaço da sala de velório, criação de instalações sanitárias públicas e construção de telheiro, solicitou isenção do pagamento das respetivas taxas urbanísticas e compensações na nossa Divisão de Administração Urbanística.

De acordo com o disposto no Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, estão isentas do pagamento de taxas as associações culturais, desportivas, recreativas, instituições particulares de solidariedade social ou outras legalmente constituídas que, na área do município, prossigam fins de relevante interesse público.

No caso em concreto, como é normal, um escrutínio exigente por parte da autarquia das atividades e fins da instituição, para distinguirmos o seu papel de excelência e fundamentarmos este reconhecimento de relevante interesse público mas, como V.Exas. poderão aduzir, tratando-se da Fábrica da Igreja da Freguesia São Pedro da Marateca consideramos que este escrutínio é já público e notório, estamos a falar da Igreja do Poceirão.

Fundamentalmente, para além das atividades solidárias e de apoio social, do contributo para a comunidade que esta fábrica da Igreja dá, quer na freguesia da Marateca, quer na freguesia do Poceirão, é notório, também, que estamos a falar de uma sala de velório que tem interesse para toda a comunidade, não há dúvidas nenhumas em relação a isso.

Assim, tendo sido aprovada por unanimidade esta proposta em reunião de Câmara, de vinte e um de fevereiro de dois mil e dezoito, propomos o reconhecimento por parte desta Assembleia Municipal através da respetiva deliberação.

Só um pormenor, já agora dizer que a isenção apurada é de quatro mil setecentos e trinta e três euros e cinquenta e quatro cêntimos, conforme veio na informação técnica.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Vereador.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão. Sobre esta proposta quem deseja intervir?

Penso que a proposta é suficientemente esclarecedora e a apresentação do Sr. Vereador complementou, se calhar, estamos em condições de votar, certo?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor (treze da CDU, nove do PS, um do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

PONTO 2 – Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal de Palmela.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"A nossa segunda proposta diz respeito a um objetivo a que nos propusemos todos no início deste mandato e tem que ver com a revisão, alteração, neste caso, aliás legalmente chama-se aprovação do Regimento, porque é de lei que em cada mandato a Assembleia deve apresentar o seu Regimento.

Desta vez o que nós fizemos foi essencialmente agarrar o documento que vigorava até há pouco porque, de acordo com a lei, enquanto não temos um novo Regimento a Assembleia rege-se pelo Regimento anterior e o que fizemos foi utilizar esse documento anterior para melhorar alguns aspetos que, posso dizer por unanimidade, foram considerados menos claros, imprecisos ou até, por opção, admitiram-se agora algumas novas regras.

Devia ter começado por dizer que para este trabalho foi constituído um Grupo de Trabalho, no seio da Assembleia, com membros indicados por cada uma das bancadas e foi esse grupo de trabalho que fez este processo de revisão, alteração, correção do nosso anterior regimento. Neste sentido eu não vou ser muito detalhada, mas vou transmitir um objetivo global que acho que, ainda assim, se conseguiu traduzir para este novo documento e que foi o seguinte:

Primeiro, por opção também, há quatro anos atrás eu lembro-me que nós, por regra, evitámos transportar para o Regimento aquilo que era dito na lei no pressuposto de que, e muito bem, os Membros da Assembleia, lei é lei, interpretam a lei. O que constatámos desta vez, e penso que foi uma conclusão coletiva, foi que, nós hoje em dia, estamos cada vez em primeiro lugar continuamos a ter que manusear dois instrumentos diferentes, no caso das autarquias locais, e temos que os ler sempre de forma complementar e depois, por outro lado ainda, é claro que para os novos Membros, sobretudo, é mais fácil ler o Regimento, consultar o Regimento e nesse sentido de procurar perceber a própria dinâmica, o funcionamento e as regras elementares de funcionamento da Assembleia Municipal e nesse sentido complementámos em alguns pequenos aspetos este novo regimento.

Como regra, ainda assim, mantivemos o princípio de que traduzíamos aquilo que são as questões muito práticas correntes, elementares do funcionamento da Assembleia e não transportávamos questões que estando igualmente plasmadas na lei e não sendo propriamente regulares e frequentes no funcionamento da Assembleia não necessitávamos de engordar o documento com essa informação e o Regimento continua a ser, obviamente, o documento que orienta o funcionamento da nossa Assembleia mas tem por trás, obviamente, a lei que o enquadra, ou, aliás, que nos enquadra, e por essa razão deve ser constantemente recordada.

Neste sentido o que me parece é que o documento é um documento muito claro, acho que foram positivas todas as alterações que se introduziram. Apesar de tudo nestes últimos anos é um bocadinho mais fácil, porque a partir da aprovação da lei dois mil e treze, a lei setenta e cinco, apesar de tudo ficou mais fácil porque antes disso nós tínhamos que compilar frequentemente a cento e sessenta e nove com a cinco-A. Apesar de tudo agora é mais claro, a lei setenta e cinco de dois mil e treze introduz e clarifica aquilo que para nós é essencial.

As alterações que aqui fizemos são, em minha opinião, todas elas positivas e contribuíram para tornar o documento mais claro, mais rigoroso nalguns casos, mais completo noutros. Introduzimos pequeninas *nuances* em relação ao nosso funcionamento e elegemos uma coisa que é importante, elegemos e conversámos entre todos, penso que também posso falar um bocadinho disto porque, no fundo, é transmitirmos aquilo que está subjacente ao espírito deste Regimento. Acordámos que, por norma, as nossas sessões, independentemente disso já estar no Regimento, devem ser preferencialmente até à meia-noite sempre que todos conseguirmos e que todos devíamos empenhar-nos para que assim fosse. Temos que votar, de facto, a decisão de continuarmos para além da meia-noite, claro que é possível o Regimento anterior já o previa e sublinhámos isso no espírito do grupo que será até preferível praticar, quando houver necessidade disso, o desdobramento de reuniões. Isto é, uma mesma sessão de Assembleia Municipal pode ser desdobrada em mais do que uma reunião, para evitar justamente o tal massacre de termos que chegar até às três da manhã. Tudo isto esteve na discussão e no espírito do grupo de trabalho e podem vir a ser pequenos procedimentos a alterar nas nossas rotinas quando essas questões se colocarem.

Depois, não teve uma alteração substancial na sua redação, mas surgiu, igualmente, uma questão, que arrisco mais uma vez traduzir como estando no espírito do grupo que elaborou esta proposta, mais uma vez da necessidade e a importância de valorizarmos os tempos da discussão. Confesso que esse é obviamente um papel mais complicado, nem sempre simpático para mim, mas reconheço que é esse o papel do Presidente ou da Presidente da Assembleia e sinto-me legitimada neste sentido de haver na discussão do próprio grupo este sentimento de que devíamos todos procurar cumprir um bocadinho mais e contribuir para que os tempos de discussão sejam equilibrados, que devemos gerir nas sessões ordinárias o período antes da ordem do dia com equilíbrio, isto é, um período que pode dar mais tempo, se for necessário, à intervenção dos munícipes quando ela acontece e pode privilegiar a intervenção dos Membros da Assembleia ou mesmo dos eleitos da Câmara Municipal, se os seus esclarecimentos forem necessários naquele período. Gerimos em função, um bocadinho, do bom senso e das situações colocadas em cada reunião, mas o sentimento coletivo é que devíamos procurar ter algum rigor para que as sessões sejam mais equilibradas e depois tudo o resto são as questões que decorrem da lei e que eu creio que não têm alteração substantiva, repito, não estou a agarrar as inúmeras alterações que aconteceram.

Eu não sei se da parte do grupo de trabalho alguém quer intervir sobre este tema, esta discussão, questões?

Muito bem, pela parte do Partido Socialista tem a palavra a Sra. Membro Patrícia Caixinha."

A **Sra. Patricia Caixinha do PS:**

"Boa noite Sra. Presidente e restante Mesa, Sras. e Srs. Vereadores, caras e caros Membros da Assembleia, comunicação social e público em geral presente.

Como a Sra. Presidente já referiu, o Partido Socialista participou no grupo de trabalho que deu origem a este documento que hoje vai ser colocado aqui à aprovação.

O Partido Socialista contribuiu largamente para este documento com sugestões de alteração e tendo por base dois princípios que considerou sempre como fundamentais. Primeiro a clarificação e a pertinência de algumas matérias e depois a questão do efeito pedagógico e informativo deste documento no seio deste Órgão.

Apesar do contributo do Partido Socialista, chegar este documento final só foi possível com o empenho, o investimento e a dedicação de todo o grupo de trabalho, de todas as pessoas que nele estiveram envolvidas e foi um trabalho hercúleano. Estamos todos de parabéns, acredito eu, e por isso, face ao exposto, o Partido Socialista irá votar favoravelmente este documento.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigada.

Dou a palavra o Bloco de Esquerda, Sr. Membro Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Boa noite Sra. Presidente, na sua pessoa cumprimento todas e todos os presentes.

Dizer, só, fazer aqui uma ressalva em relação a este ponto, que nós abordamos nas reuniões do grupo de trabalho a questão da apresentação dos documentos com antecipação em relação às reuniões.

Eu sei que a Sra. Presidente não frisou isso, mas eu espero que isso esteja contido neste Regimento e também que isso se torne prática de todas as bancadas desta Assembleia Municipal para que quando aconteça a apresentação de documentos sejam moções, sejam requerimentos à Câmara, sejam recomendações à Câmara, as outras bancadas tenham também algum tempo para se poderem preparar para darem algum feedback, perdoo-me o anglicismo, desses documentos.

Disse, Sra. Presidente. Obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim senhor, recorda bem. É verdade, foi um dos pontos que mais mereceu a nossa concordância, o sublinhado foi coletivo.

É indispensável, já agora antes de continuar a dar a palavra só para agarrar essa sua deixa, nós não vamos, por princípio e apenas por uma questão administrativa ou regimental, recusar a apresentação de um documento, mas é evidente que é do mais elementar bom senso que, de facto, todos possamos partilhar o documento. Tivemos aqui numa recente sessão em que isso foi visível, quer dizer eu própria tinha acabado de ser confrontada com meia dúzia de documentos diferentes, isto é difícil de gerir, portanto o ideal é, e o texto está cá e é claro, preferencialmente quarenta e oito horas de antecedência. Este preferencialmente, quer dizer que não é obrigatório mas é o que deve acontecer e, repito, penso que não vou ter que usar a figura de dizer que não aceito porque não cumpriu sequer com aquilo que o Regimento aconselha, mas deve ser uma indicação para todos nós.

Muito bem, tem a palavra em representação do PSD/CDS-PP, Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Também penso que demos contributos positivos para a elaboração deste novo Regimento. Alguns deles até baseados noutros regimentos em vigor no distrito, que consultámos. Sobretudo, entre outros, salientarei também os que dizem respeito às comissões, tendo tornado mais claro no Regimento a sua constituição. Penso que este Regimento está mais claro. No futuro, poderemos aperfeiçoar ainda mais este trabalho, com o contributo de todos. É certo que de uns mais do que de outros, consoante o que puderam, mas no que nos diz respeito, estamos de consciência tranquila quanto aos nossos contributos.

Relativamente à entrega dos documentos optámos pelo termo preferencialmente, uma vez que a lei não obriga a isso, como a Sra. Presidente já explicou, mas assumimos, salvo alguma exceção, esse compromisso.

E é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, obrigada.

Dou a palavra agora à bancada da CDU, Sr. Membro Domingos Rodrigues."

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU:**

"Muito obrigado Sra. Presidente, boa noite a todos.

Pouco mais há a dizer sobre esta matéria que, de facto, foi muito discutida aprofundadamente e creio que sempre com um espírito de muito trabalho, mas sempre com um espírito de termos um Regimento que possa ser aplicado em termos práticos nunca esquecendo o objetivo concreto dele que é na base da própria lei, tivemos sempre muito em conta isto. As questões que já foram postas todos nós, uns de uma forma, outros de outra, subscrevemos e por conseguinte creio que foi um bom trabalho e que temos aqui um bom documento para nós trabalharmos e discutirmos e todos nós conhecermos agora o novo Regimento. Estou ciente que vai ser aprovado, para que a gente trabalhe com a base de conhecimento do próprio Regimento. Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, é isso mesmo.

Tem a palavra a Bancada do MIM, Sr. Membro da Assembleia Mário Baltazar, por favor."

O **Sr. Mário Baltazar do MIM:**

"Boa noite Sra. Presidente, deixe que cumprimente toda a Mesa em seu nome, caros Membros, comunicação social, público em geral.

Em relação também a esta matéria, o MIM também queria deixar uma palavra de apreço porque, realmente, foram quatro ou cinco sessões de trabalho em que, independentemente de haverem ou existirem forças partidárias que tenham apresentado mais propostas, estivemos presentes, demos a nossa participação e ficamos gratos, também, porque conseguimos melhorar este Regimento e esperamos que o metamos todos em prática e que a partir de agora que consigamos então trabalhar relacionado com este Regimento.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim senhor, muito bem.

Acho que foi uma boa experiência de trabalho coletivo desta Assembleia e como sempre, e acho que é nosso apanágio em Palmela como gostamos todos de dizer, com bom ambiente e acho que o trabalho da Assembleia também vai beneficiar disso.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, então vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor (treze da CDU, nove do PS, um do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

E agora recomendo, de facto devia tê-lo feito antes, a todas e a todos os Membros da Assembleia que possam fazer uma leitura e que dúvidas que possam surgir não hesitem em colocá-las aqui ou, enfim, no seio das próprias bancadas, mas é importante que tudo fique claro para todos.

O **Sr. Nuno Delgadinho da CDU** iniciou participação nos trabalhos pelas vinte e uma horas e seis minutos.

PONTO 3 – Constituição de Comissões de Trabalho da Assembleia Municipal.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"A terceira proposta que decorre da proposta anterior é justamente a Constituição de Comissões de Trabalho. Nós precisávamos de aprovar o Regimento, lembram-se que na última reunião retirámos a proposta exatamente porque não tínhamos condições para o fazer, nós dissemos nessa altura que as comissões decorriam diretamente daquilo que o próprio Regimento estipulava e, nesse sentido, só na sequência da aprovação do Regimento devíamos apresentar a elaboração e a proposta de Constituição de Comissões de Trabalho.

Ora bem, as comissões de trabalho são uma matéria um bocadinho, eu não vou dizer polémica nesta Assembleia, o termo não é polémica, de facto estou cansada e não me ocorrem as palavras daí os números certos, mas foi sempre um tema um bocadinho discutível, pois, não foi discutida é discutível, porque é isso mesmo nesta Assembleia. Nós não temos tido, em Palmela, uma grande experiência de funcionamento de comissões de trabalho, nomeadamente no anterior mandato não funcionaram existiram formalmente mas não funcionaram, e isto é um grande desafio para todos nós aquilo que nos propomos neste mandato.

Tivemos algum trabalho igualmente em torno deste tema, não só já no seio do grupo que partilhou o regimento mas num grupo um pouco mais alargado que foi partilhado pelos líderes de cada uma das bancadas. Tivemos conversas interessantes sobre o tema das comissões, sobre o papel das comissões e sobre até a forma e o conteúdo que as comissões devem ter na nossa Assembleia e, no fundo, a proposta que hoje aqui é apresentada é uma proposta que não consegue integrar tudo aquilo que todos queriam ver reproduzido nas comissões mas eu creio que não é por discordância relativamente a temas, ou até à organização e à importância que algumas matérias devem de ter no seio das nossas comissões, mas é mais, às vezes, por uma questão simbólica de arrumação dos temas."

O **Sr. Colin Marques PPD/PSD.CDS-PP** iniciou participação nos trabalhos pelas vinte e uma horas e seis minutos.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Posso dar um ou outro exemplo, mas deixem-me agarrar este em concreto. É evidente que quando falamos de educação, de cultura, de juventude, de desporto, de assuntos sociais, nós estamos a falar de temas todos eles muito importantes e eu diria até que cada um deles justificava uma comissão, não é, ou quase. Agora é evidente que, procurando cumprir com alguma racionalidade que o funcionamento que as comissões devem ter, não era exequível criar tantas comissões quanto por um lado as competências municipais, e que nós aqui acompanhamos na Assembleia Municipal, e por outro porque não era exequível pretender que todos os Membros da Assembleia fizessem funcionar comissões em maior número e com objetos mais específicos. Por isso esta arrumação que aqui é apresentada, sem pretender esgotar todos os temas importantes e sobretudo todas as competências municipais mas procurando agrega-las em torno de alguns grandes assuntos, pensamos, ainda assim, que consegue abarcar esse amplo leque de competências.

Um outro exemplo, quando nós falamos de ordenamento do território é evidente que não estamos aqui a distinguir as diversas matérias e muitas delas disciplinas autónomas que constituem e que integram o conceito de ordenamento do território, ele é muito mais vasto, ele tem o urbanismo, ele tem o planeamento, ele tem a própria reabilitação urbana, tudo isto faz parte, apenas para dar alguns exemplos, tudo isto são temas que integram o ordenamento do território.

Bem, nós fizemos esta opção mais simples e pensamos que menos incompleta, no fundo a ideia é esta, é que por não ser exaustiva a nossa organização das comissões pode ser menos incompleta, pode deixar menos espaços em branco, porquê? Porque nós, naturalmente, reconhecemos que todas as competências municipais e mesmo outros assuntos podem caber em alguma das nossas comissões. Se não couberem nestas comissões que hoje aqui são propostas na Assembleia, existe uma outra faculdade que está prevista no Regimento e que é a possibilidade de criarmos grupos de trabalho. Nós podemos sempre criar um grupo de trabalho para um qualquer tema que não esteja aqui ou que, coletivamente, consideremos que não está, que não cabe, que não faz sentido numa das comissões que vamos constituir ou que até não é um tema de uma competência municipal mas que nós achamos muito importante discuti-lo e, portanto, nada impede que no quadro da Assembleia seja proposta a criação de um grupo de trabalho para esse tema. Repito o princípio é tratar de forma relativamente abrangente, de forma global, coletiva, e que as omissões de alguns assuntos aqui nos nomes das comissões não sejam interpretados como que a omissão à importância do respetivo tema.

Com este preâmbulo, se calhar um bocadinho longo mas numa tentativa de justificar o que aqui trago hoje, queria então partir para a apresentação das nossas comissões. Uma última nota, queria dizer-vos que era possível ter constituídas comissões em número diferente. A minha opinião, é só a minha opinião, é que muito menos do que o número que aqui apresentamos não era razoável, ou seja ficávamos a tratar numa única comissão de uma imensidão de assuntos e podíamos dizer que querendo abordar tudo abordaríamos muito pouco, um número muito maior também me pareceu, a mim pessoalmente, difícil de compaginar com o nosso normal funcionamento. Se nós tivermos um número maior de comissões significa que, por exemplo, os grupos, as bancadas, mais pequenas ou ficavam ausentes dessas comissões ou um mesmo membro tinha que se desdobrar a participar em inúmeras comissões diferentes. Na minha opinião a proposta que aqui se

traz, apesar de tudo, tem algum equilíbrio e afasta essas duas situações limite, isto é termos um número muito reduzido de comissões ou termos um número excessivamente vasto.

Neste sentido, a proposta passa então pela criação de uma Comissão Permanente, nós não tínhamos esta figura no nosso anterior Regimento nem nunca constituímos, e quatro Comissões de Trabalho. Nas comissões de trabalho uma deverá ser a Comissão de Finanças, Recursos Humanos, Organização e Segurança, outra Comissão de Ordenamento do Território, Infraestruturas e Obras Públicas, Ambiente e Mobilidade, outra Comissão de Educação, Cultura, Juventude, Desporto e Assuntos Sociais e a última Comissão de Desenvolvimento Económico, Turismo e Inovação.

O que se propõe relativamente à composição destas Comissões é que a Comissão Permanente seja composta por mim, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, ou na minha ausência como decorre da lei, por quem me substitua, neste caso o primeiro secretário ou a segunda secretária, e pelos líderes de todas as bancadas.

Depois, a Comissão de Finanças, Recursos Humanos, Organização e Segurança, propõe-se que seja constituída por dois Membros da CDU, dois Membros do PS e um Membro do PSD/CDS. Propõe-se ainda que a coordenação desta Comissão, que é uma das figuras que existe é que cada comissão deve ter um coordenador, fique a cargo da CDU.

Depois a Comissão de Ordenamento do Território, Infraestruturas e Obras Públicas, Ambiente e Mobilidade deverá ter dois Membros da CDU, dois Membros do PS e um Membro do Bloco de Esquerda. A proposta é que esta Comissão seja igualmente coordenada pela CDU.

A Comissão de Educação, Cultura, Juventude, Desporto e Assuntos Sociais, deverá ter dois Membros da CDU, dois Membros do PS e um Membro do MIM e a coordenação deverá ficar a cargo do PS.

Finalmente, a Comissão de Desenvolvimento Económico, Turismo e Inovação, deverá ser constituída por dois Membros da CDU, dois Membros do PS, um Membro do PSD/CDS e a coordenação deverá ser assegurada por este último grupo político, deverá ser o PSD/CDS a fazer a coordenação deste grupo.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, tenho aqui as propostas das bancadas e posso informar-vos quem é que se propõe que integre cada uma das comissões e vou fazê-lo, mas é só para distinguir que nós não vamos votar nomes vamos votar só a constituição das comissões.

Primeiro eu propunha que fizéssemos a discussão sobre as comissões, a sua composição tal como está proposta e depois a seguir informarei dos nomes que foram indicados por cada um dos grupos e dos membros, está bem?

Então sobre este assunto tem a palavra Partido Socialista Sr. Membro da Assembleia, José Carlos Sousa."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"Muito obrigado.

Boa noite Sra. Presidente, Srs. Membros da Mesa da Assembleia, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, caríssimos Membros da Assembleia, público em geral, jornalistas, técnicos do município, boa noite a todos.

Duas notas rápidas sobre esta matéria. Primeiro ficou claro que o Partido Socialista entendia que deveria de haver pelo menos mais uma comissão desdobrada para que estas quatro comissões, não contando com a permanente, pudessem ter aqui um outro tipo de intervenção.

Atendemos àquilo que nos foi dito por todas as bancadas e automaticamente tentámos aqui organizar as diferentes comissões de maneira a que elas pudessem ter, por um lado, uma abrangência que servisse os interesses da Assembleia e ao servir os interesses da Assembleia servisse os interesses dos munícipes, e, por outro lado, deixar sempre em aberto a possibilidade de outros temas que não estão vertidos aqui nestas quatro comissões pudessem eles também vir a ser tratados.

Em relação às coordenações, foi unânime que podíamos perfeitamente ficar com esta distribuição e dá-me a ideia que, independentemente de haver mais ou menos uma comissão, o relevante é que elas possam funcionar, o relevante é que funcionem. Nesta primeira fase, apelando ao Regimento, tem a Sra. Presidente

da Assembleia até ao dia quinze de maio, dois meses após esta data, que convocar os diferentes coordenadores das quatro comissões para que elas possam, por assim dizer, ser instaladas e a partir daí definirem o seu calendário.

Há um aspeto, também, que me parece relevante nesta posição que tomámos que tem a ver com o facto de haver eu diria obrigatoriedade, por uma questão de transparência de todos, que na primeira sessão do ano exista uma apresentação por parte do coordenador do trabalho da comissão, nem que seja para dizer não fizemos nada e assumir isso aqui. Se assumirem, eventualmente isso, ou se, se, assumir, não vou excluir ninguém, aqui em janeiro de dois mil e dezanove, pode ser que depois durante o ano de dois mil e dezanove as coisas funcionem melhor para que em janeiro de dois mil e vinte possamos todos, eu não sou coordenador, portanto, os quatro coordenadores puderem dar outra ideia.

As comissões terão um papel relevante assim nós queiramos que tenham, a disposição e o funcionamento da Assembleia é diferente do que era do anterior mandato, a conjugação das forças é diferente e dá-nos aqui possibilidade de fazer um trabalho que possa ser discutido da mesma forma que foi este, ou seja, olhos nos olhos, frente a frente, não concordo com isto, não concordo com aquilo, podemos ir por aqui, chegámos a consenso, chegarmos a consensos, ótimo, não chegamos a consensos, ótimo na mesma temos uma divisão que pode, efetivamente, dar-nos azo a ter outro tipo de postura em relação àquela que houve até agora, nomeadamente o não funcionamento das comissões no mandato anterior.

Eram estas três grandes vertentes que gostava de vos deixar, com a convicção de que temos tudo para que as comissões possam funcionar como o suporte ao trabalho da Assembleia e muito, também, como suporte àquilo que os Srs. Vereadores possam fazer no seu dia-a-dia, procurando ajudá-los, colaborar e essencialmente dar-nos algumas outras informações, se é que são necessárias, para que possam desempenhar melhor o seu papel.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada também, Sr. Membro da Assembleia.

Tem a palavra PSD/CDS, Rosa Pinto por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Cumprimentando todos na pessoa da Sra. Presidente, reafirmarei aqui que sempre, já no anterior mandato como é conhecido, defendemos o funcionamento das comissões. Não ocorreu no anterior mandato com efeito, não tivemos qualquer coordenação, mas pensamos que neste mandato pelo menos a vontade das comissões funcionarem pareceu-me ser unânime nos grupos todos. Acredito, pois que desta vez, as comissões vão funcionar. No próprio Regimento estabelecemos os prazos legais, regimentais neste caso, para que as mesmas comecem a funcionar mormente ao nível da posse.

As comissões representam aqui, no nosso entendimento, vá lá a atribuição quase pelo método de Hondt, não é bem mas pronto, na distribuição das diversas comissões. Desta vez, coube-nos uma coordenação, a Comissão de Desenvolvimento Económico, Turismo e Inovação, estando representados em mais duas comissões, na Permanente e na de Finanças, Recursos Humanos, Organização e Segurança, o que também não inibe, porque o Regimento também prevê, embora sem qualquer direito a voto, que possamos assistir às reuniões das outras Comissões onde não participamos. Isso também é inovador no Regimento, sem direito a voto, a Sra. Presidente e a Mesa consequentemente também podem estar presentes em todas e, portanto, pensamos que demos mais um passo para que as comissões funcionem.

Isso não inibirá consequentemente, também, que as posições políticas que aqui tomamos na Assembleia possam divergir, ou não, do que muitas vezes é aprovado em comissão onde, por força da aplicação do método de Hondt, não temos maioria com certeza mas não nos deixaremos inibir e trabalhar e dar um contributo para a melhoria do concelho e para a vida dos munícipes.

Obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra em representação do MIM, a Sra. Membro da Assembleia Luísa Paulino."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM:**

"Muito obrigada Sra. Presidente, boa noite aos presentes.

Bem, sendo uma atividade nova, para mim e para o Mário, queria deixar então aqui um grande apreço por nós termos aqui esta envolvência, esta participação, e manifestar efetivamente que tudo aquilo que for possível da nossa parte em termos de contributo, mais-valia, colaboração, ideias novas, para atingir os fins e os objetivos pretendidos na concretização destes trabalhos que irão ser surpresa com certeza para mim, pelo menos para mim, nós estamos totalmente disponíveis para colaborar e fazer o melhor possível para o nosso concelho."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, obrigada também.

Mais alguma intervenção?

Se não houver, já agora dizer-vos só que esta composição das nossas comissões e a presença dos vários eleitos, das várias forças políticas, teve essencialmente como preocupação por um lado, como já foi dito, representa uma diferença relativamente em concreto, por exemplo, às comissões que foram constituídas no mandato anterior. Isto é, respeita, por exemplo, o princípio de não haver uma força política com maioria absoluta, mas não se restringe a isso, quer dizer vai mais longe do que isso porque, em boa verdade, é quase o princípio do método de Hondt. É evidente que se o aplicássemos rigorosamente tínhamos aqui uma ligeira alteração, mas o princípio coletivo foi o de procurarmos que todas as bancadas estivessem presentes em alguma comissão e que houvesse, de facto, um equilíbrio por um lado, e por outro lado um sinal de uma maior distribuição, neste caso, dos votos na atual composição da Assembleia Municipal. Foi isso que nós propusemos, pensamos com algum equilíbrio, para a composição destas comissões que procura tanto quanto possível suscitar a participação do maior número possível de eleitos. A única bancada que sai aqui "ligeiramente prejudicada", não é prejudicada, que não consegue ter todos os seus membros, digamos assim, a participar nas comissões é a bancada da CDU. Para a bancada da CDU ter todos os seus membros a participar alguma das outras bancadas tinha que ter menos alguém a participar, porque a CDU tem mais eleitos e achámos que a solução encontrada foi uma solução muito equilibrada. A própria CDU tem a possibilidade de revezar os seus membros para uma participação partilhada em alguns espaços e acho que, apesar de tudo, é uma boa proposta no sentido do coletivo.

Vamos votar então e depois já apresento os nomes."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"E agora, então, digo os nomes porque como nós não estamos a votar os nomes das pessoas não tinha sentido que constassem da proposta.

Ora bem, relativamente à Comissão Permanente dispensam-me de apresentar os nomes são os líderes de cada uma das bancadas, para além de mim.

Comissão de Finanças, **Recursos Humanos, Organização e Segurança**, pela CDU foram indicados os nomes de Joaquim Pires e Carlos Caçoete, o Joaquim Pires deve assumir a coordenação da Comissão, pelo PS José Carlos de Sousa e Rui Lourenço e pela bancada do PSD/CDS, em princípio, Teresa Marta era a indicação que tinha não sei se estará confirmada, a Teresa não está cá hoje, mas em princípio é o nome que temos proposto.

Comissão de Ordenamento do Território, Infraestruturas e Obras Públicas, Ambiente e Mobilidade, pela CDU foram indicados os nomes de Joaquim Caçoete e de Cristina Moura devendo o Joaquim Caçoete assumir a coordenação da Comissão, pelo PS Jorge Freitas e José Manuel Silvério e pelo Bloco de Esquerda Carlos Oliveira.

Comissão de Educação, Cultura Juventude, Desporto e Assuntos Sociais, pela CDU Maria João Camolas e Rute Trindade, pelo PS Dulce Marques, que deve assumir a coordenação da Comissão, e António Godinho, pelo MIM Mário Rui Baltazar.

Comissão Desenvolvimento Económico, Turismo e Inovação, pela CDU Andreia Bento e Nuno Delgadinho, pelo PS Ana Elísia e Patrícia Caixinha e pelo PSD/CDS, que deverá assumir a coordenação da Comissão, Colin Marques.

Esta é a equipa que vai ter a obrigação de fazer funcionar as nossas comissões, com especial a responsabilidade para os respetivos coordenadores. Eu acho que, a partir de agora, temos todos uma responsabilidade partilhada pelo bom funcionamento das nossas comissões, certo?

Antes de terminar os trabalhos temos a Ata número três, que é a ata da sessão de vinte de dezembro, para aprovar. Vamos dispensar a leitura, a ata foi distribuída, é longa, pergunto às Sras. e aos Srs. Membros da Assembleia se há questões a colocar? Se forem questões de pormenor peço, como habitualmente, que informem o gabinete da Assembleia e não havendo questões de fundo, vamos votar."

A Ata número três, de vinte de dezembro de dois mil e dezassete, foi aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e um do BE) e uma abstenção do BE.

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e uma horas e trinta e dois minutos do dia quinze de março de dois mil e dezoito, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos quinze de março de dois mil e dezoito.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete